



DOI: <https://doi.org/10.22484/2318-5694.2026v14id6074>

COMUNICAÇÃO PARA A MUDANÇA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DE UMA ABORDAGEM LATINO-AMERICANA PARA AS GEOGRAFIAS DA COMUNICAÇÃO

Communication for social change: contributions of a Latin American approach to the geographies of communication

Comunicación para el cambio social: aportes de un enfoque latinoamericano para las geografías de la comunicación

Jacqueline da Silva Deolindo¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3796-608X>

E-mail: jacquelinedeolindo@id.uff.br

Resumo: Este artigo teórico apresenta a Comunicação para a Mudança Social como aporte teórico e metodológico capaz de contribuir com os estudos das Geografias da Comunicação. Parte da crítica latino-americana às teorias do desenvolvimento e discute a emergência de modelos participativos orientados por práticas comunitárias, diálogo e produção localizada de sentidos. Recupera fundamentos conceituais, principais autores e debates do campo, destacando como essa abordagem reposiciona a comunicação como experiência vinculada às dinâmicas territoriais e à busca por espaços mais justos. Argumenta que sua incorporação às Geografias da Comunicação contribui para diversificar referências, ampliar perspectivas analíticas e fortalecer metodologias que consideram o cotidiano, o lugar e as redes comunitárias como elementos estruturantes da produção do espaço.

Palavras-chave: comunicação; mudança social; geografias da comunicação.

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, RJ. Brasil.



Abstract: This theoretical article presents Communication for Social Change as a theoretical and methodological contribution to the Geographies of Communication. It draws on Latin American critiques of development theories and examines the emergence of participatory models oriented toward community practices, dialogue, and locally grounded meaning-making. The article reviews conceptual foundations, key authors, and debates in the field, emphasizing how this approach reframes communication as a situated experience tied to territorial dynamics and the quest for more equitable spaces. It argues that incorporating this perspective into the Geographies of Communication expands analytical repertoires, diversifies references, and strengthens methodologies that consider everyday life, place, and community networks as structuring elements of spatial production.

Keywords: communication; social change; geographies of communication.

Resumen: El objetivo de este artículo es proponer la comunicación para el cambio social como marco teórico para ampliar las perspectivas de análisis de las geografías de la comunicación, especialmente en lo que respecta al protagonismo de los sujetos y las comunidades en la búsqueda de espacios de expresión, información, ciudadanía y transformación social. Para ello, se presenta un recorrido histórico por las teorías de la comunicación y el desarrollo, destacando la emergencia de enfoques participativos y dialógicos en América Latina. Se discuten los aportes de autores como Luis Ramiro Beltrán, Juan Díaz Bordenave, Paulo Freire y Alfonso Gumucio-Dagrón, así como experiencias contemporáneas que articulan la comunicación, el territorio y la vida cotidiana. Se argumenta que la comunicación para el cambio social puede enriquecer los estudios geográficos de la comunicación al incorporar dimensiones políticas, culturales y afectivas de los procesos comunicacionales situados.

Palabras clave: comunicación; cambio social; geografías de la comunicación.



1 INTRODUÇÃO

As Geografias da Comunicação consolidaram-se como um subcampo interdisciplinar que busca compreender como a comunicação produz o espaço e como o espaço, por sua vez, produz a comunicação (Falkheimer; Jansson, 2006, p. 7). Essa perspectiva emergiu no contexto da “virada espacial” das ciências humanas e sociais, que Soja (1989) situa nos anos 1960. Consolidou-se nos Estados Unidos e na Suécia no final da década de 1980 e ao longo dos anos 1990 e trouxe para os estudos midiáticos preocupações relacionadas à espacialidade, à territorialidade e às práticas comunicacionais localizadas (Moreira, 2009; Lopes, 2019).

No Brasil, essa aproximação ganhou força a partir dos anos 2000, com a criação do Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e com a produção de pesquisas que passaram a articular mídias, territórios e escalas espaciais. Desde então, o campo tem se expandido e diversificado, incorporando diferentes objetos, abordagens e recortes empíricos.

As geografias da comunicação tratam desse contexto: privilegiam o espaço (e, nele, os fluxos informativos e as mediações tecnológicas) como campo de observação das interações reais e simbólicas entre pessoas e pessoas, entre pessoas e indústrias, entre pessoas e Estados, entre pessoas e ambientes. [...] O campo das geografias da comunicação se ocupa dos fluxos que movem os interesses do público, do Estado e das corporações.

Ao situar os estudos das geografias da comunicação como campo interdisciplinar de observação de mídias e culturas, no qual, além da geografia e da comunicação, “a política, a economia, a sociologia, a antropologia e a história são disciplinas-âncora” (Moreira, 2012, p. 16), a autora reconhece que “sua configuração demandará sempre estudos que sejam plurais, interdisciplinares e cooperativos” (Moreira, 2012, p. 16). De fato, a incompletude é uma condição do conhecimento e, se estivermos alertas e abertos, esse traço de sua natureza pode nos impulsionar. Precisamos estar alertas porque a produção científica exige atenção constante às ausências e aos silêncios nas respostas que já temos, bem como à curiosidade, aos insights e às novas questões que surgem no horizonte da pesquisa. Também precisamos estar abertos porque esse traço nos impele a explorar continuamente novas explicações, certezas e caminhos. Ao assumirmos o conhecimento como lacunar, somos movidos à busca.

Muitas vezes, essa busca e, por consequência, as escolhas teóricas e metodológicas que fazemos são atravessadas por questões conjunturais e contextuais, pelas condições materiais e simbólicas de produção do conhecimento e por nossas próprias experiências como pesquisadores.

Esta é, justamente, a motivação deste texto, que nasce de experiências pessoais dentro das Geografias da Comunicação que, em dado momento, convergiram e se transformaram em inquietações de pesquisa: a pergunta que ressoa continuamente em cada trabalho de campo, principalmente em cidades pequenas do interior, onde se



registram diversos tipos de carências, além das midiáticas: “Como a teoria pode se tornar prática e realmente impactar positivamente as comunidades e seu lugar de existência, oferecer a elas, caso queiram, recursos para mudar o espaço em que vivem ou melhorar o que desejam?”; e a (re)descoberta da Comunicação para a Mudança Social, sua natureza epistemológica baseada nas resistências latino-americanas, suas propostas de ação e o potencial de sua natureza política (Marí-Sáez, 2021).

É nesse ponto que este texto, de natureza bibliográfica, propõe uma aproximação conceitual, teórica e metodológica, apresentando a Comunicação para a Mudança Social como um contributo teórico e metodológico pertinente para as Geografias da Comunicação. Isso porque ambos os campos estão preocupados tanto com a comunicação e seus sujeitos quanto com o lugar e o território em que eles se situam e operam. A reflexão parte da crítica às teorias desenvolvimentistas e à noção de comunicação como instrumento para, então, resgatar as formulações que reposicionam a comunicação como processo de diálogo e participação, orientado à mobilização, à transformação coletiva e à melhoria da vida das pessoas e do seu lugar.

A primeira parte do artigo apresenta as bases conceituais das Geografias da Comunicação e discute as relações entre espaço, território e lugar. A segunda parte recupera o percurso histórico das teorias da comunicação e do desenvolvimento, com ênfase na emergência da Comunicação para a Mudança Social na América Latina. A terceira parte discute as contribuições desse referencial para as Geografias da Comunicação e apresenta três experiências que articulam comunicação, território e transformação social. Por fim, as considerações finais retomam os principais argumentos desenvolvidos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Estabelecendo conceitos

Os conceitos são construções históricas e sociais; por isso, as reflexões e decisões que os constituem são atravessadas pelas condições do tempo e do espaço em que são formuladas. Também são provisórios, porque o tempo altera as relações sociais, os objetos e as ações, e o espaço se transforma continuamente.

No âmbito deste artigo, os conceitos de espaço, território e lugar são mobilizados como categorias inter-relacionadas, o que permite compreender a comunicação como prática espacial e os processos comunicacionais como fenômenos situados.

Quando falamos de comunicação, estamos nos referindo tanto à experiência cotidiana e fundamental que sustenta a vida em sociedade, a “cola” simbólica que une as pessoas nas conversas e nas trocas de significados, quanto ao conjunto de meios técnicos e midiáticos que fazem circular informações, interpretações e narrativas no espaço público.

Essa perspectiva conceitual encontra respaldo em Wolton (2004), que define a comunicação tanto como experiência antropológica universal quanto como técnica e como rede. A comunicação, nessa perspectiva complementar, é ao mesmo tempo o



ato humano de compartilhar ideias, significados e entendimentos; o conjunto de meios e tecnologias que possibilitam e potencializam o fluxo de informação à distância; e a teia de interações simbólicas, econômicas e informacionais que estrutura a sociedade contemporânea. Nessas dimensões coexistem tanto a comunicação entendida como partilha e construção de sentido, próxima de uma concepção normativa, quanto a comunicação como transmissão e difusão de mensagens, mais próxima de uma concepção funcional (Wolton, 2004).

Seja como for, todas as formas de comunicação ocorrem no espaço (Falkheimer; Jansson, 2006, p. 7), seja porque as trocas simbólicas estão assentadas no mundo habitado e vivido, seja porque os fluxos comunicacionais dependem de estruturas que lhes sirvam de suporte (Moreira; Deolindo, 2024). Com base em Santos (2006), o espaço é entendido, aqui, como um conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais, culturais e técnicos, e sistemas de ações, intencionais ou não. Esse arranjo, uma vez delimitado e circunscrito ao campo de ação de um grupo, constitui o território; quando vivido e gerador de identidade e copresença, constitui o lugar, onde ocorrem, de maneira mais particular, o vínculo e a experiência.

As noções de espaço, território e lugar ajudam a compreender que a comunicação não acontece em um vazio, mas em contextos concretos, marcados por relações de poder, desigualdades, identidades, pertencimentos e disputas.

A comunicação pode, portanto, ser entendida como uma prática social que participa da produção do espaço e das territorialidades. Ela não é apenas um meio para alcançar determinados fins, mas também um processo por meio do qual sujeitos e grupos constroem sentidos, estabelecem vínculos e disputam projetos de sociedade.

Madoery (2012) defende a necessidade de recuperar a tradição crítica latino-americana, que problematiza visões reducionistas de desenvolvimento e reivindica abordagens capazes de reconhecer pluralidades e disputas. Neste texto, portanto, desenvolvimento é entendido como um processo multidimensional que vai muito além do crescimento econômico: envolve a ampliação das capacidades das pessoas e de suas comunidades, a melhoria da qualidade de vida e a promoção de um bem-estar integral. É nessa direção que o diálogo com o conceito de mudança social se torna indispensável, pois é nele que tais transformações ganham forma e concretude.

Como já mencionado, a Geografia da Comunicação constitui um campo interdisciplinar que se consolidou a partir da aproximação entre os estudos da comunicação e a Geografia Humana.

Nesse sentido, Conteçote (2008) interpreta a mudança social como resultado de processos comunitários. Para o autor, o trabalho voltado ao fortalecimento de uma comunidade, especialmente no enfrentamento da pobreza e de suas consequências, pode gerar transformações profundas e duradouras na forma como o grupo se reconhece, se organiza e age sobre suas próprias condições de vida. Essa mudança é observável quando se compara a comunidade antes, durante e após um processo de desenvolvimento comunitário. O que se transforma pode variar, novas informações, descobertas de saberes locais, fortalecimento identitário, mas o que permanece



constante é o fato de haver um deslocamento qualitativo entre o ponto de partida e o ponto de chegada.

Ao longo do século XX, comunicação e desenvolvimento se articularam de diferentes maneiras e deram origem a modelos e práticas diversos, muitas vezes vinculados a projetos políticos e econômicos específicos.

2.2 Comunicação para o desenvolvimento e a mudança social: emergência, trajetórias e estado do conceito

No contexto da reconstrução do pós-guerra e da Guerra Fria, a comunicação passou a ser considerada um instrumento estratégico para promover a modernização dos países classificados como subdesenvolvidos (Oliveira, 2010).

Essa concepção hegemônica implicou a marginalização de outros modos de compreender as sociedades e suas dinâmicas de mudança, revelando, como observa Oliveira (2010), a intrínseca relação entre poder e conhecimento. O desenvolvimento, nesse sentido, não apenas expressa uma visão de mundo, mas também funciona como instrumento de dominação simbólica e política, ao impor determinados modelos de racionalidade e progresso como universais.

O modelo difusionista, sistematizado por autores como Daniel Lerner, Everett Rogers e Wilbur Schramm, que ofereceram importantes contribuições em seu tempo, propunha a disseminação de inovações, valores e comportamentos considerados modernos por meio dos meios de comunicação de massa (Servaes, 2000; Gumucio-Dagrón, 2011).

A partir das décadas de 1960 e 1970, uma crítica contundente a esse modelo emergiu, sobretudo na América Latina, impulsionada pelos debates sobre dependência e descolonização. Inserida no contexto teórico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e das formulações neomarxistas e estruturalistas, a Teoria da Dependência questionava a narrativa desenvolvimentista ao apontar que o subdesenvolvimento não resultava de deficiências internas, mas da inserção desigual dos países latino-americanos na economia mundial. A partir dessa leitura, o desenvolvimento passou a ser compreendido como um processo histórico marcado por relações assimétricas de poder e exploração (Gumucio-Dagrón; Tufte, 2008).

Dessa crítica derivou um conjunto de propostas que Servaes (2000) chamou de Outro Desenvolvimento: um modelo que privilegia processos endógenos, participação popular, sustentabilidade, autoconfiança, democracia, valorização do lugar e mudanças estruturais. Nessa perspectiva, o desenvolvimento deve partir das realidades locais e buscar a satisfação integral das necessidades humanas, rompendo com a visão tecnocrática e homogênea do paradigma anterior.

Essa virada crítica foi impulsionada por pesquisadores e educadores latino-americanos que questionaram os modelos verticais e defenderam práticas comunicacionais participativas, dialógicas e emancipatórias. Muitos trabalharam nesse sentido, mas destacamos aqui alguns autores pioneiros que se tornaram referência: Luis Ramiro Beltrán (1976, 1979), que formulou a ideia de comunicação horizontal; Juan Díaz Bordenave (1975, 1976), que destacou o papel da participação nos processos de



desenvolvimento; o boliviano Alfonso Gumucio-Dagrón, que estudou e trabalhou a apropriação dos meios de comunicação e de seus processos de produção pelas classes populares (Gumucio-Dagrón; Cajías, 1989); e o brasileiro Paulo Freire (1970, 1979), que, com suas contribuições sobre as relações educativas e extensionistas como práticas de comunicação baseadas na realidade local, na escuta do povo e no diálogo com ele, revolucionou não apenas a pedagogia até então praticada, mas também as práticas de comunicação. Essas contribuições ajudaram a consolidar uma perspectiva que entende a comunicação como processo de construção coletiva de sentidos e de transformação social: a comunicação para a mudança social (Gumucio-Dagrón, 2011, p. 28).

O Relatório MacBride, "Um mundo e muitas vozes", publicado em 1980 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), consolidou esse debate no plano internacional ao defender uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação. O documento denunciou os desequilíbrios nos fluxos informacionais, incorporou ideias relacionadas ao direito à comunicação e estimulou políticas voltadas à democratização dos meios.

Na América Latina, a Comunicação para a Mudança Social foi sistematizada a partir dessas experiências e reflexões críticas, especialmente nos anos 1980 e 1990. Embora o termo seja relativamente recente, suas bases estão presentes em práticas comunitárias, educativas e populares desenvolvidas há décadas na região.

- a) Sustentabilidade social: as mudanças devem estar enraizadas nas comunidades e ser conduzidas por elas.
- b) Participação: os sujeitos envolvidos devem participar de todas as etapas do processo.
- c) Apropriação: as comunidades devem se apropriar dos meios e dos processos de comunicação.
- d) Pertinência cultural: as práticas comunicacionais devem respeitar os contextos culturais e linguísticos.
- e) Geração de conteúdos locais: a produção de conteúdos deve responder às necessidades e aos interesses das comunidades.
- f) Uso de tecnologias apropriadas: as escolhas tecnológicas devem considerar as condições e os recursos locais.
- g) Convergência e redes: diferentes meios, linguagens e atores devem articular-se em redes de colaboração (Gumucio-Dagrón, 2011, p. 34-35, tradução nossa).

Embora princípios tão razoáveis e democráticos tenham produzido conquistas expressivas no âmbito da comunicação e do desenvolvimento, persistem desafios conceituais, metodológicos e políticos para sua efetiva incorporação nas práticas e nas pesquisas.

Gumucio-Dagrón (2011) problematiza diversas limitações a serem superadas. Primeiro, reconhece a existência de uma produção viva e diversificada, que se multiplicou em iniciativas, projetos e intervenções, como também temos observado



(Gayoso; Deolindo, 2025), mas cujo conhecimento permanece insuficientemente sistematizado. Segundo, observa que o repertório conceitual dominante, em vez de partir das realidades locais, ainda se ancora em noções que, embora um dia tenham sido disruptivas, hoje perderam densidade analítica, como a palavra “participação”, que pode significar tudo e nada ao mesmo tempo. Terceiro, aponta a carência de uma teorização radicalmente contextual, atenta às estruturas de poder e situada no território em que os processos comunicacionais ganham forma. O autor propõe recompor a relação entre teoria e prática a partir das experiências concretas.

No Brasil, a Comunicação para a Mudança Social ganhou força sobretudo com a reabertura democrática dos anos 1980, ainda que, na prática acadêmica, muitas vezes apareça sob outras denominações (comunitária, alternativa, cidadã ou participativa) e nem sempre figure formalmente nos currículos de graduação e pós-graduação (Felippi; Deponti, 2022). Mesmo assim, ela orienta pesquisas e ações desenvolvidas em programas de Desenvolvimento Regional e em grupos liderados por docentes que se dedicam ao tema, além de ter presença contínua na Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: primeiro no Grupo de Pesquisa em Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local (2008–2024) e, de maneira ainda mais consistente, no Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, ativo desde 2001.

Peruzzo, referência central nessa discussão, lembra que o paradigma hegemônico de desenvolvimento foi introduzido no país nos anos 1960, em consonância com a agenda dos governos autoritários e moldou políticas voltadas à modernização econômica, tecnológica e comunicacional, sem, contudo, produzir desenvolvimento equitativo: convivem, até hoje, a abundância das classes dominantes e os padrões tecnológicos avançados e a pobreza estrutural, a informalidade e os baixos níveis de capacidade cognitiva entre parte significativa da população (Peruzzo, 2014). Em contraste, também emergiram no país trajetórias comprometidas com outras concepções de desenvolvimento (Servaes, 2000) e, portanto, com outra comunicação (Peruzzo, 2014): democrática, participativa e humana, centrada no desenvolvimento humano, sustentável e local, na qual o ser humano e a participação cidadã constituem o eixo transformador.

A comunicação, seja como experiência humana, seja mediada por sistemas e aparatos técnicos, promove o engajamento comunitário e as dinâmicas cotidianas que visam à construção de transformações duradouras. Isso permite compreender a mudança menos como produto e mais como movimento contínuo de negociação, apropriação e descobertas.

Encerrada esta discussão conceitual, abre-se espaço para observar como esses fundamentos podem dialogar com outros referenciais analíticos. A próxima seção retoma esses elementos para explorar aproximações possíveis entre a Comunicação para a Mudança Social e as Geografias da Comunicação, com foco nos pontos de contato.



3 CONTRIBUIÇÕES DA COMUNICAÇÃO PARA A MUDANÇA SOCIAL ÀS GEOGRAFIAS DA COMUNICAÇÃO

A retomada dos elementos conceituais discutidos na seção anterior, comunicação como processo coletivo, mudança social como processo de construção de soluções para demandas da comunidade e desenvolvimento definido pelos próprios sujeitos, permite estabelecer entrelaçamentos, relações e complementaridades entre a Comunicação para a Mudança Social e as Geografias da Comunicação.

Em ambas as perspectivas, o território e o lugar são categorias fundamentais, estruturantes das práticas comunicacionais e das formas de organização social. Essa aproximação cria condições para articular referenciais que permitam compreender, ao mesmo tempo, a espacialidade da comunicação e o papel da comunicação na produção dos espaços, bem como reconhecer a cultura local, as redes comunitárias (inclusive suas estruturas, centralidades e assimetrias) e os repertórios sociais que organizam o cotidiano, alimentam a autonomia dos agentes, promovem a diversidade de formas de habitar, produzir e viver o lugar e orientam os grupos para o alcance de seus objetivos.

O objetivo não é estabelecer um modelo único de análise, mas oferecer um conjunto de princípios que possa orientar pesquisas atentas às relações entre comunicação, território e transformação social.

Antes de tudo, a Mudança Social não apenas dialoga com as Geografias da Comunicação, mas constitui, em sentido pleno, uma forma de fazer geografia da comunicação, a começar por sua episteme comunicacional construída a partir de uma região, a América Latina. Além disso, seu foco na ação localizada, na leitura comunitária do território e na produção de sentidos ancorada no lugar torna a espacialidade o próprio fundamento da intervenção e da análise. A comunicação é entendida como prática social que produz, interpreta e reorganiza o espaço. O lugar, por sua vez, é concebido como construção coletiva, permanentemente atualizada pelas relações entre sujeitos, instituições e redes, construção essa que se dá no cotidiano, a partir dos vínculos, do conflito e das superações.

A articulação entre a dimensão política dos estudos da comunicação, a análise espacial e as vivências cotidianas pode dar vida à teoria e ampliar a compreensão dos processos comunicacionais situados.

Terceiro, no plano teórico, a Comunicação para a Mudança Social oferece um robusto repertório teórico e de estudos de caso (Gayoso; Deolindo, 2025). Considerar esses aportes, conhecer seus autores, as fundamentações mobilizadas e explorar suas formulações abre possibilidades para ampliar perspectivas analíticas e diversificar abordagens. Assim, reposicionar a Comunicação para a Mudança Social como aporte às Geografias da Comunicação consiste em propor a exploração desse patrimônio intelectual latino-americano como fonte de caminhos, perguntas e instrumentos potentes.

É importante sublinhar que a Comunicação para a Mudança Social não deve ser reduzida a um conjunto de técnicas ou ferramentas. Trata-se de uma perspectiva ética



e política que reconhece os sujeitos como protagonistas dos processos comunicacionais e das transformações sociais, como afirma Marí-Sáez (2021, p. 12).

Essa potência é, sem dúvida, verificável. Embora não seja intenção deste texto apresentar resultados de pesquisa, alguns exemplos da literatura sobre o tema podem ser úteis para demonstrar o argumento. Um deles é o estudo de Elbirt (2013), desenvolvido em Salta, na Argentina, que analisa uma política governamental de educação para a gestão de resíduos à luz da Comunicação para a Mudança Social. Embora a iniciativa buscasse promover uma mudança de paradigma na comunidade em torno de questões ambientais, sua concepção inicial adotava critérios técnicos e procedimentos verticalizados. A autora mostra que, quando a estratégia passa a considerar a escuta das populações rurais, seus modos de vida e repertórios culturais, abrem-se caminhos para formas mais qualificadas de participação. Diagnósticos participativos, rodas de diálogo e processos formativos territorializados não apenas ampliaram a circulação de informações, mas favoreceram novas percepções sobre o lugar, fortaleceram identidades e estimularam redes comunitárias voltadas ao cuidado do ambiente.

Nesse sentido, tanto a comunicação quanto a geografia ambiental atuam como campos capazes de evidenciar as relações entre território, conflito e participação social.

Um exemplo é o projeto *Mujeres en la Radio*, analisado por Saavedra Segura (2023), no qual mulheres de comunidades rurais participaram da produção radiofônica como forma de expressão, organização e fortalecimento coletivo.

A descrição da autora permite identificar elementos relevantes para uma leitura conduzida pelas Geografias da Comunicação: a maneira como essas experiências são formadas por condições materiais, por relações sociais e pelas dinâmicas urbanas que estruturam a vida das jovens, a apropriação desigual de tecnologias e a circulação dos conteúdos em espaços digitais e comunitários. Nesse sentido, aportes da geografia humana e da geografia social poderiam sustentar uma análise ao evidenciar que práticas comunicativas participativas são sempre enraizadas em contextos urbanos específicos, atravessadas por marcadores sociais.

Um terceiro exemplo, agora situado no meio rural, pode ser observado no texto de Cavalcante e Nóbrega (2017), que descrevem estratégias de comunicação participativa desenvolvidas em territórios do semiárido nordestino. Os autores apresentam iniciativas que buscam fortalecer o protagonismo de agricultores, técnicos e lideranças locais, utilizando metodologias dialógicas, oficinas de práticas comunicacionais e a criação de redes sociotécnicas como formas de reorientar fluxos de informação entre instituições e comunidades rurais. Esses processos comunicacionais revelam dinâmicas centrais para a geografia do campo: modos de organização territorial, formas de produção e circulação de conhecimentos, redes locais e regionais que estruturam a vida social e a própria experiência de viver e trabalhar no semiárido. Foi o caso da criação de um grupo de WhatsApp que redirecionou o fluxo das informações em um projeto da Embrapa junto com extensionistas e produtores locais.



A perspectiva territorial permite compreender essas experiências como práticas que produzem espaços de pertencimento, solidariedade e ação coletiva, em articulação com os sistemas de objetos e de ações que constituem o espaço (Santos, 2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incompletude que abre este texto também o atravessa ao final. Ao aproximar a Comunicação para a Mudança Social e as Geografias da Comunicação, a proposta não é solucionar lacunas definitivas, mas indicar um modo de olhar: um olhar que parte do território vivido, das práticas comunitárias, das perguntas que emergem do cotidiano e das redes que sustentam a vida social. Se a pesquisa é movida pela busca, como dito na introdução, este artigo procurou justamente acolher essas inquietações como motor para revisitar conceitos, autores e tradições teóricas capazes de ampliar nossa capacidade de lidar com o campo, suas questões e as elaborações sobre ele.

A reflexão proposta mostra que essa abordagem latino-americana não se limita a complementar o campo, mas desloca perspectivas, reposiciona sujeitos e reforça a espacialidade como fundamento da ação comunicativa. Ao enfatizar processos territorializados, práticas coletivas e repertórios locais, a Comunicação para a Mudança Social pode reforçar as dimensões afetiva e política das Geografias da Comunicação e enriquecer seus fundamentos com um repertório histórica e regionalmente contextualizado.

Em última instância, a discussão reconhece que comunicação e espaço são dimensões inseparáveis da vida social. Incorporar a Comunicação para a Mudança Social às Geografias da Comunicação pode ampliar a capacidade do campo de compreender processos comunicacionais situados, conflitos territoriais e experiências de transformação construídas por sujeitos e comunidades.



REFERÊNCIAS

BELTRÁN, Luis Ramiro. **Farewell to Aristotle**: "horizontal communication". Paris: Unesco, 1979.

BELTRÁN, Luis Ramiro. Premisas, objetos y métodos foráneos en la investigación sobre comunicación en Latinoamérica. **Tercer Encuentro Nacional de Investigadores de la Comunicación**, 10., Caracas, 1976.

BORDENAVE, Juan Díaz. Comunicación y desarrollo. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 19, p. 27-53, 1975.

BORDENAVE, Juan Díaz. La comunicación social como instrumento de desarrollo de comunidades rurales y urbanas. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 15, p. 9-35, 1976.

CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga; NÓBREGA, Adilson Rodrigues da. Comunicação como ferramenta para o desenvolvimento e a mudança social: estratégias de atuação no semiárido nordestino. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 18, n. 38, p. 16-32, 2017. DOI: <https://doi.org/10.13037/ci.vol18n38.4456>.

CONTEÇOTE, Marcelo Luis. **Comunicar para mudar**: estudo das metodologias de desenvolvimento de comunidade e comunicação para o desenvolvimento e para a mudança social. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.metodista.br/server/api/core/bitstreams/976859e8-e465-4a72-ab66-ac1dea08d547/content>. Acesso em: 18 set. 2026.

ELBIRT, Ana Laura. Comunicación para el Cambio Social y educación ambiental: reflexiones para la construcción colectiva del desarrollo a partir de un estudio de caso en Salta, Argentina. **Punto Cero**, Cochabamba, v. 18, n. 26, p. 65-72, 2013. DOI: <https://doi.org/10.35319/puntocero.201326145>.

FALKHEIMER, Jesper; JANSSEN, André (org.). **Geographies of communication**: the spatial turn in media studies. Göteborg: Nordicom, 2006.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan; DEPONTI, Cidonea Machado. Os estudos culturais e a perspectiva orientada ao ator: aproximações teóricas para a pesquisa e intervenção em comunicação e desenvolvimento. In: CORREDOR, C. P. G.; CARNIELLO, M. F.; BELTRAMELLI, F. (org.). **Comunicación, tecnología y desarrollo**: aportes epistémico-teóricos metodológicos en la investigación y las agendas de Latinoamérica. Taubaté: Editora Unitau, 2022. p. 175-186.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogía del oprimido**. New York: Herder and Herder, 1970.



GAYOSO, H. O.; DEOLINDO, J. S. Comunicação para o desenvolvimento e a mudança social: reflexões a partir da análise de projetos horizontalizados e dialógicos na América Latina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 48., 2025, Vitória. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2025. p. 1-11. Disponível em: <https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/nacional/23/07062025230233686b2ab966a71.pdf>. Acesso em: 18 set. 2026.

GUMUCIO-DAGRÓN, Alfonso. Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo. **Signo y Pensamiento**, Bogotá, v. 30, n. 58, p. 26-39, 2011. Disponível em: https://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-48232011000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 18 set. 2026

GUMUCIO-DAGRÓN, Alfonso; CAJÍAS, Lupe (ed.). **Las radios mineras de Bolivia**. La Paz: CIMCA-UNESCO, 1989.

GUMUCIO-DAGRÓN, Alfonso; TUFTE, Thomas (org.). **Antología de comunicación para el cambio social**: lecturas históricas y contemporáneas. South Orange: Consorcio de Comunicación para el Cambio Social; La Paz: Plural Editores, 2008.

LOPES, Sonia Aguiar. Geografias da comunicação como campo de estudos: um balanço inicial dos primeiros dez anos no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2019.

MADOERY, Oscar. El desarrollo como categoría política. **Crítica y Emancipación**, Buenos Aires, n. 7, p. 59-83, 2012.

MARÍ-SÁEZ, Víctor Manuel. Pensar la Comunicación para el Cambio Social en español aquí y ahora. **Arbor**, Madrid, v. 197, n. 801, a615, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3989/arbor.2021.801005>.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Por que Geografias, no plural, para a Comunicação? In: MOREIRA, Sonia Virgínia (org.). **Geografias da comunicação**: espaço de observação de mídia e de culturas. São Paulo: Intercom, 2012. p. 9-17.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Sobre a invisibilidade da geografia na comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2009.

MOREIRA, Sonia Virgínia; DEOLINDO, Jacqueline da Silva. **Autores da geografia na comunicação e da comunicação na geografia**. Porto Alegre: Sulina, 2024.

OLIVEIRA, Juliano Diniz de. **Ordem, instituições e governança**: uma análise sobre o discurso do desenvolvimento no Sistema ONU e a construção da ordem internacional. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de



Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16658/16658_1.PDF. Acesso em: 18 set. 2026.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. *In*: MONTEIRO NETO, A. (org.). **Sociedade, política e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014. p. 161-195.

SAAVEDRA SEGURA, Karen. Comunicación participativa para el empoderamiento femenino: el caso de "Mujeres en la Radio". **Quórum Académico**, Maracaibo, v. 20, n. 2, p. 38-60, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1990/199078625003/>. Acesso em: 18 set. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SERVAES, Jan. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. **Temas y Problemas de Comunicación**, Río Cuarto, v. 8, n. 10, p. 14-15, 2000.

SOJA, Edward W. **Postmodern geographies**: the reassertion of space in critical social theory. London: Verso, 1989.

UNESCO. **Many voices, one world**: towards a new, more just and more efficient world information and communication order. London: Kogan Page; New York: Unipub; Paris: Unesco, 1980.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora UnB, 2004.



AGRADECIMENTOS

A autora agradece ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq), cujo apoio à pesquisa “Geografias da Comunicação para a mudança social: análise de experiências contemporâneas” contribuiu para o desenvolvimento deste artigo.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

A autora declara não haver conflito de interesses relacionado ao artigo “Comunicação para a Mudança Social: contribuições de uma abordagem latino-americana para as Geografias da Comunicação”.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

O estudo é de natureza teórica e bibliográfica e não gerou conjunto de dados de pesquisa.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

A ferramenta de inteligência artificial ChatGPT, modelo GPT-5.5, da OpenAI, foi utilizada exclusivamente para auxiliar na revisão técnico-gramatical de partes do texto.